

De Macau para Hong Kong De Hong Kong para o Mundo

ALFREDO GOMES DIAS*

A expansão mundial da economia de mercado, iniciada no século XV, manteve sempre uma relação dialéctica entre os progressos que se foram registando a nível científico-tecnológico e a crescente facilidade de mobilidade de pessoas e produtos. Com a expansão marítima ibérica/europeia, o capitalismo emergente nos finais da Idade Média desencadeou um processo de mundialização, alargando a sua influência a todos os continentes e mobilizando saberes, técnicas, capitais e pessoas. Também desde o Renascimento que as cidades passaram a desempenhar um papel central na concentração de gentes e de capitais. O desenvolvimento económico foi acompanhado por processos de urbanização cada vez mais intensos e, actualmente, as cidades e as metrópoles constituem-se como elementos estruturantes, hierarquizados, numa rede de fluxos e de relações. Deste modo, a globalização acelerou a construção de arquipélagos urbanos e, indo mais longe, de um imenso arquipélago de metrópoles que se dispersam pelo mundo e onde se concentram os poderes político, económico e científico-tecnológico.

À globalização e ao crescente protagonismo das cidades encontram-se associados os movimentos migratórios que, também eles, devem hoje ser observados e analisados à escala global. Movimentos de gentes que procuram nas cidades o bem-estar material e a concretização de sonhos mais íntimos e pessoais, que os seus locais de origem não estão em condições

de proporcionar. Assim, as cidades reforçaram nos últimos anos o velho papel que sempre desempenharam ao longo da sua história: lugar de encontro de pessoas com diferentes origens geográficas e sociais; encontros tecidos por complexas teias de conflitos e de cooperação, com motivações de ordem social, cultural, económica e política.

É nesta complexidade de relações que o mundo assiste ao nascer do terceiro milénio, profundamente marcado pelo fenómeno da globalização, um processo que ultrapassa as dimensões da economia: mercado, competição e concorrência. Citando Teresa Barata Salgueiro e Malcolm Waters, o conceito de globalização é apresentado por Jorge Malheiros vincando o seu carácter multidimensional, acrescentando aos aspectos económicos outros domínios da vida das sociedades, nomeadamente o cultural e o político¹.

Dez anos após a transferência da soberania para a República Popular da China (RPC) mantêm-se os laços entre Hong Kong e Macau na região do delta do rio das Pérolas e as pontes com os espaços políticos e económicos mais vastos que estiveram na sua génese histórica: a China, um antigo império que todos os dias se transforma numa nova potência mundial; a Europa, que tenta afastar a ideia de “Velho Continente”, construindo um projecto político, económico e social comum, num processo ímpar na história das nações.

Reflectir sobre as cidades de Hong Kong e de Macau, nestes primeiros anos do século XXI, obriga a que se identifiquem e analisem aqueles laços e aquelas pontes, reconhecendo que conferem às duas cidades as suas especificidades históricas e potencialidades presentes.

* Licenciado em História. Professor da Escola Superior de Educação de Lisboa.

History degree. Lecturer at Lisbon's Escola Superior de Educação.

HONG KONG, 2007

Em 1999, o governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong definiu uma grande finalidade estratégica: Hong Kong, uma cidade mundial na Ásia, a maior cidade da China². Este desiderato, tal como foi formulado, posicionava Hong Kong em três diferentes escalas de integração articuladas entre si – a China, a Ásia e o Mundo –, colocando-a na rota da formação das Cidades Globais, pelo seu duplo estatuto de motor de desenvolvimento regional e de praça financeira internacional.

Desde 1997 que diferentes autores, como Peter Newman e Andy Thornelei, reconhecem à cidade de Hong Kong potencialidades para se assumir como uma Cidade Global: (i) reforço da sua integração na economia mundial; (ii) afirmação de um lugar de destaque na ligação da China à nova economia global; (iii) desenvolvimento de uma política de redes económicas e sociais na região do delta do rio das Pérolas.

No que respeita à integração na economia mundial, Hong Kong tem vindo a definir fórmulas de planeamento e desenvolvimento que reflectem as influências da economia global, num processo iniciado após a II Guerra Mundial, na década de 1950, mas que se acelerou nos anos 80 com a globalização. Destacam-se o programa público de habitação³, a revitalização da “baixa financeira”, a renovação de infra-estruturas portuárias e a construção de um novo aeroporto.

As suas políticas urbanas, sob a influência da economia mundial, têm permitido a Hong Kong (em competição com Xangai) desempenhar um papel central nas ligações da China aos mercados internacionais, particularmente após a integração da RPC na Organização Mundial do Comércio, em 2001. Com um tecido empresarial dinâmico – comercial, industrial e financeiro – Hong Kong tem cumprido a sua função de ponte entre a China e as outras praças comerciais e financeiras, reforçando simultaneamente a sua influência na região do delta do rio das Pérolas.

Finalmente, reside aqui a sua terceira potencialidade: beneficiando da criação e do dinamismo das Zonas Económicas Exclusivas, desde 1997 que Hong Kong tem construído uma teia de relações económicas e sociais na região do delta, arquitectando diversos núcleos funcionais que servem o propósito de garantir um desenvolvimento económico que a transforme no

centro de um importante espaço metropolitano e, deste modo, afirmar-se como Cidade Global. Apesar da sede das empresas se manter em Hong Kong, assistiu-se à deslocalização de cerca de 25 mil manufacturas para os arredores do delta, aproveitando os baixos custos de produção e absorvendo directamente cerca de três milhões de trabalhadores; três quartos da produção “made in Hong Kong” são já produzidos na região; a cidade é o maior investidor de toda a região do delta.

Analizando estas três potencialidades, podemos inferir que as possibilidades de Hong Kong se afirmar como Cidade Global dependem das mudanças internas que for capaz de desencadear, revitalizando, em simultâneo, os laços internos locais e regionais – *bonding capital* – e as pontes que a ligam às comunidades do exterior, transnacional ou global – *bridging capital*⁴. Deste modo, deve destacar-se que o protagonismo de Hong Kong no desenvolvimento económico da região onde se insere só foi possível graças à grande concentração de capital social que a governação da cidade tem sabido reproduzir em benefício do seu desenvolvimento. Considerando que o capital social é formado pelas redes sociais e normas de reciprocidade que a elas se encontram associadas, geradoras de valor, tanto individual como colectivo⁵, importa sublinhar que a cidade de Hong Kong se tem constituído como um importante elo de ligação ao tecido empresarial da China Continental e, ainda, às redes empresariais ligadas a Taiwan e aos chineses ultramarinos, criando fortes laços socioculturais, quer no seu espaço urbano, quer na região do delta do rio das Pérolas.

A década de 1950 constituiu um importante ponto de viragem, com o arranque económico proporcionado pelo empréstimo internacional (*Reform Club*) de 25 milhões de dólares e um outro, americano, de 9 milhões. Seguiu-se o “milagre económico”, que se explica pela intervenção de diferentes factores. (i) Depois da II Guerra Mundial, com a chegada dos refugiados, a população de Hong Kong passou de 600 000 pessoas para 1,8 milhões; em meados da década de 1950, as mudanças políticas que se operaram na China provocaram uma nova vaga de refugiados, fazendo ascender a população do território a 2,2 milhões de pessoas. (ii) Este aumento da população permitiu a Hong Kong ter mão-de-obra à qual se juntou a chegada de capitais vindos de Xangai: concentrou-se na cidade uma mão-de-obra disponível para suportar trabalhos difíceis, mas também com competências de empreendedorismo, à qual se juntou

HONG KONG E MACAU. RELAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS

capital acumulado. (iii) À importação de gente e de capitais juntou-se a iniciativa política habitacional/urbanística do governo, desencadeada por um incêndio que ocorreu em Dezembro de 1953: os primeiros blocos habitacionais, muito simples, mas localizados perto das áreas industriais, permitiram poupar tempo no transporte casa-fábrica; o compromisso do governo da cidade na criação de infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento económico desencadeou acções nos domínios da habitação, transportes, aviação civil, regulação do porto e, mais tarde, reconhecimento da necessidade de uma mão-de-obra qualificada⁶.

Em 2007, atrevemo-nos a pensar que a projecção de Hong Kong como Cidade Global depende, em grande medida, do reforço da sua influência na região do delta (*bonding capital*), onde se localizam duas outras cidades que a História tem mantido em estreita relação – Cantão e Macau –, a partir das quais se construíram as redes sociais que, nesta primeira década do terceiro milénio, são um recurso fundamental para o seu desenvolvimento económico. Se Cantão pode desempenhar um papel activo na rede de mercados chineses, Macau está a introduzir dinâmicas sociais e económicas que ajudam a projectar a região a nível internacional, nomeadamente através da sua política de dinamização das indústrias do jogo e do turismo e dos

contactos políticos e económicos chineses em África. Todavia, esta é uma realidade que começou a desenhar-se em meados de oitocentos, mais concretamente em 1841, ano que viu germinar uma nova cidade no âmbito do vasto império colonial britânico.

DE MACAU PARA HONG KONG, 1841

Os personagens históricos, particularmente aqueles que ocupam lugares de decisão política, dificilmente têm consciência das consequências das suas opções. É o lado mais humano da História Política, mais individualizado, que oferece um rosto à história dos povos e das nações. Quando, em 1839, o governador de Macau, Adrião Acácio da Silveira Pinto, recusou a instalação da comunidade britânica expulsa de Cantão, tornou inevitável o nascimento de uma nova colónia britânica na ilha de Hong Kong.

Os comerciantes britânicos e o poder político em Londres estavam longe de desejar esta solução. A sua preferência recaía sobre Cantão ou Macau, mas nenhuma delas era viável: Cantão era a cidade donde tinham sido expulsos pelo alto comissário imperial Lin Zexu 林则徐, na sequência das suas acções para terminar com o tráfico do ópio; Macau era a cidade que, receando a ocupação britânica e privilegiando a

Lam Qua, Varanda da residência de Nathaniel Kinsman sobre a Praia Grande, vendo-se a Fortaleza e o Convento de S. Francisco e, ao fundo, a Fortaleza da Guia. Óleo sobre tela, c. 1843. Cortesia da Martyn Gregory Gallery, Londres.



HONG KONG AND MACAO. HISTORICAL AND CULTURAL RELATIONS

aliança com a China imperial, optou pela neutralidade e pela recusa em acolher no seu seio a comunidade britânica⁷. Deste modo, a única solução que restou ao superintendente Charles Elliot foi negociar com o comissário Qi Shan 琦善 a proposta de instalar a comunidade britânica na ilha de Hong Kong⁸.

Nesta época, Macau era uma cidade que tentava sobreviver através do seu envolvimento no tráfico do ópio, nos estreitos limites impostos, por um lado, pelas proibições chinesas e, por outro lado, pelo domínio marítimo e comercial da Grã-Bretanha que, de facto, controlava em grande parte aquele circuito comercial entre a Índia e a China. Com um porto limitado por factores naturais, na medida em que o seu assoreamento o impedia de acompanhar os progressos que se registavam na navegação a vapor, Macau beneficiava ainda, nos anos da I Guerra do Ópio (1839-1842), da sua adaptação secular ao aparelho político-administrativo imperial. Por isso, a cidade mantinha-se como o espaço exclusivo por onde passavam os laços entre as diferentes comunidades estrangeiras e as elites comerciais e mandarínicas da região do delta do rio das Pérolas.

Quando correu a notícia da ocupação de Hong Kong pela comunidade britânica, ela foi recebida em Macau de formas diferentes. A imprensa, pela voz de *O Português na China*, desvalorizou a nova colónia britânica, quando chegaram à cidade os primeiros rumores sobre o assunto, logo em Janeiro de 1841:

“Dos Periódicos Ingleses da China colhemos, que se trata de se estabelecerem os Ingleses em Hong-Kong ou Cantão; mas pouco inclinados estamos a dar importância a essa ideia; porquanto estamos bem ao facto das ideias radicais dos chinas a respeito da concessão de terreno; o tempo manifestará tudo. As vantagens que julgam os Ingleses terem alcançado são aparentes, e pouco satisfatórias para quem pensa bem, e conhece a política chinesa”.⁹

Já no que diz respeito ao governador Silveira Pinto, este parecia ter uma opinião mais cautelosa sobre os perigos que Hong Kong poderia representar para Macau num futuro próximo, chamando a atenção do governo de Lisboa para a necessidade de criar um novo projecto para a cidade... em 1841... 1842.

[1841] “As Tropas Inglesas já vão de novo retirando-se para Hong-Kong, e o pior é que os Ingleses já ali se vão estabelecendo consideravelmente

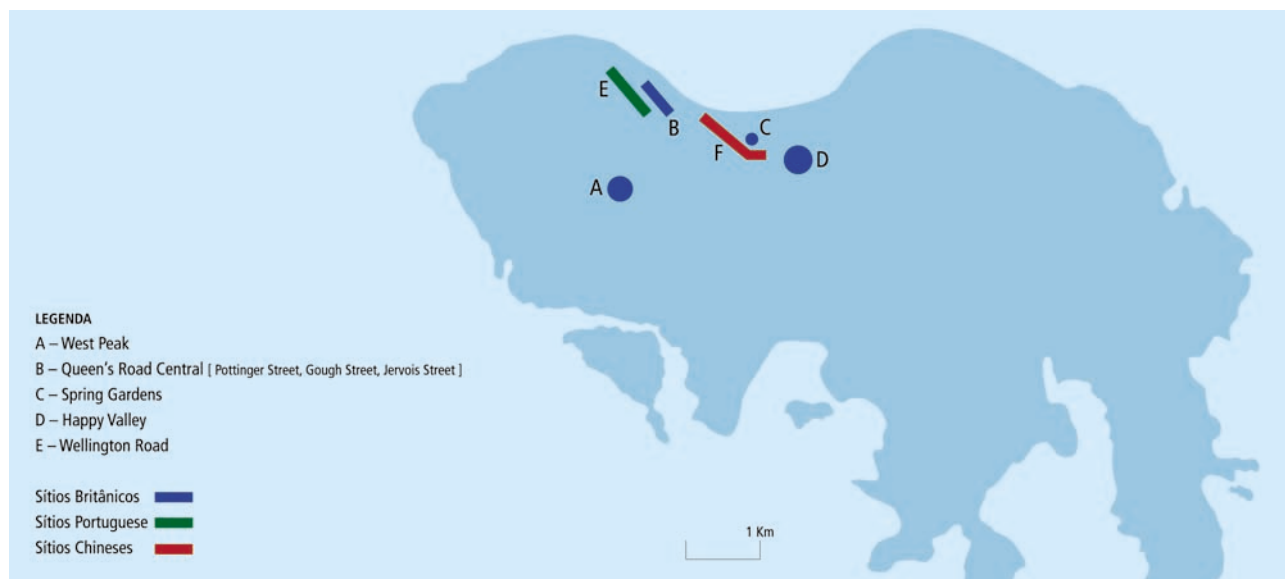
e Edifícios públicos, e armazéns já se vão construindo com toda a força. No entanto eu ainda estou pelas ideias que emiti em um dos meus anteriores ofícios aquele Estabelecimento não deve fazer muito mal a Macau se o Governo daqui souber ter juízo, e se ele for autorizado a obrar segundo as circunstâncias.”¹⁰

[1842] “O novo Estabelecimento Inglês de Hong-Kong vai progredindo com uma rapidez inconcebível e é essa mais uma razão porque eu rogo a V. Ex^a se digne atender a esta minha representação que eu faço só com o fim de não ver aniquilado este Estabelecimento, que aliás se pode tornar muito florescente segundo eu entendo se o Governo de Sua Majestade se dignar prestar-lhe sua particular atenção, não podendo também deixar de chamar a de V. Ex^a por esta ocasião para que se sirva lançar as suas vistas para as minhas anteriores representações. O sossego do País continua sem interrupção e por ora o Comércio em grande escala o Céu continue por largo tempo este bom estado.”¹¹

Parece evidente que, para o governador Silveira Pinto, as repercussões de Hong Kong em Macau dependiam, em última instância, da capacidade de reacção que a sua cidade demonstrasse. Mas, a ausência de um projecto político e económico para Macau empurrou esta cidade para o seu envolvimento na construção da nova cidade britânica na ilha de Hong Kong. Como? Para responder a esta questão importa rever o modo como reflectimos e buscamos novos olhares sobre o impacto do nascimento de Hong Kong na cidade de Macau.

Depois de 1841, entre os políticos e os cientistas sociais que se dedicam ao estudo de Macau, manteve-se sempre no ar a seguinte questão: “Qual o impacto de Hong Kong em Macau?” Muitas respostas foram ensaiadas, talvez repetindo sempre as mesmas “ideias feitas” da miséria, decadência e dependência de Macau; da riqueza, prosperidade e desenvolvimento de Hong Kong. Os textos produzidos sobre as relações entre Hong Kong e Macau tendem sempre a seguir duas linhas de orientação que, de algum modo, surgem como faces da mesma moeda: uma, para explicar a decadência e dependência de Macau; outra, para acentuar as diferenças entre as duas cidades. No entanto, não obstante ser incontornável repetir que nos encontramos perante duas realidades históricas

HONG KONG E MACAU. RELAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS



Os sítios de Hong Kong. Fonte: Ernest John Eitel, *Europe in China. The History of Hong-Kong*, Taipei, Ch'eng-wen Publishing Company, 1968 (mapa do autor).

bem distintas, também não é possível ignorar que os percursos político, económico e social de Hong Kong e Macau estão associados por força das mudanças que ocorreram no mundo e na Ásia Oriental em meados do século XIX, tendo por protagonista a Grã-Bretanha e o desígnio de estender o seu domínio colonial aos impérios asiáticos. Hong Kong foi o resultado deste longo processo, mas as suas especificidades como cidade instalada em território chinês resultaram da realidade social e económica que lhe estava mais próxima: Cantão, Macau, a região do delta do rio das Pérolas e, posteriormente, a sua ligação aos portos chineses abertos ao comércio internacional após o tratado de Nanquim de 1842, em particular Xangai.

Este concerto regional entre as cidades permitiu-nos experimentar uma reflexão e análise orientadas para as suas semelhanças e características comuns, valorizando os factores que as aproximam. Um exercício que nos conduz à génese da cidade de Hong Kong e ao papel desempenhado pelas três comunidades nacionais e étnicas distintas que nela vão estar presentes: ingleses, chineses e macaenses.

HONG KONG E OS MACAENSES, 1841-1844

Os sítios de Hong Kong, naquela época cidade de Victoria, cobrem uma área que inclui Queen's Road (o primeiro eixo urbano desenhado pela administração britânica em 1842), Pottinger Street, Gough Street,

Jervois Street, Spring Gardens e Happy Valley: a área onde se fixou a comunidade britânica. Muito próximo, na Queens Road, iniciou-se também a construção do Bazar Chinês, onde se concentraram a mão-de-obra e as actividades que apoiaram o início da construção da cidade e a fixação das outras comunidades. Em Wellington Road, uma rua paralela a Queen's Road East, fixaram-se os primeiros macaenses, cerca de cinquenta em 1846¹³.

Estas três comunidades, que estão na origem do processo de repovoamento¹⁴ da ilha, transportaram consigo as redes sociais que garantiram toda a actividade económica no delta do rio das Pérolas antes da I Guerra do Ópio ter eclodido.

A comunidade britânica, numa primeira fase, deu alguns sinais de oferecer resistência à mudança para Hong Kong e envolver-se na construção de uma nova cidade. Charles Elliot e, depois, Henry Pottinger (o primeiro governador de Hong Kong) desenvolveram um conjunto de diligências no sentido de incentivar/obrigar as casas comerciais britânicas a instalarem-se em Hong Kong. Deste modo, entre 1841 e 1844, os comerciantes britânicos foram-se instalando na ilha, retirando-se de Cantão e Macau. Com eles criou-se um novo poder político em torno da figura do “governador de Hong Kong” e introduziram-se novas regras no comércio externo chinês. Mas o ópio manteve-se como o principal produto donde se retiravam os proveitos que viabilizaram a nova cidade.

HONG KONG AND MACAO. HISTORICAL AND CULTURAL RELATIONS

Em Hong Kong fixou-se uma importante comunidade chinesa, ligada às casas comerciais da região, os “hong”, e fornecedora de mão-de-obra e serviços: comerciantes com ligações a Cantão e Macau, população marítima dos tancares, pilotos marítimos, pequenos comerciantes de víveres e artesãos. Seguindo o testemunho de E. J. Eitel, em 15 de Maio de 1841, data do primeiro censo, a população chinesa contava com 5 650 pessoas. Em Março do ano seguinte este valor já havia ascendido a 12 361 chineses e, dois anos depois, em 1844, já rondava as 19 mil pessoas¹⁵.

A comunidade portuguesa, constituída por macaenses, concentrou-se inicialmente na Wellington Road, mas dispersou-se pelas principais actividades que insuflaram o primeiro oxigénio à cidade nascente. Leonardo d’Almada e Castro e o seu irmão, José Maria d’Almada e Castro, são os nomes mais conhecidos desta primeira comunidade de macaenses que se instalou na nova cidade, por muitos considerados como os primeiros emigrantes que deram origem à diáspora macaense. Funcionários da Superintendência do Comércio Britânico em Macau, eles acompanharam a transferência deste organismo para Hong Kong, em 27 de Fevereiro de 1842¹⁶. Em 1846, outros macaenses já

colaboravam na administração colonial de Hong Kong: João de Jesus (intérprete no Chief Magistrates Office), F. de Noronha (Police Rate Assessment Office), e J. B. dos Remédios e D. J. Barradas (Post Office). Para além do sector público, encontramos os primeiros macaenses no sector tipográfico, área de actividade que vai contar com uma forte presença da comunidade macaense. O primeiro jornal, *Hong Kong Gazette*, foi publicado no dia 1 de Maio de 1841, noventa e quatro dias depois de ter sido içada pela primeira vez a bandeira britânica, o que revela da importância da imprensa na construção da cidade, constituindo-se como um importante canal de circulação da informação. Segue-se o sector bancário, nestes primeiros anos ainda apenas representado por José M. de Noronha no Oriental Bank. Finalmente, o sector comercial que absorveu o número mais significativo dos macaenses que decidem partir da sua cidade natal com destino a uma “promessa” de cidade. As principais firmas ocidentais que operavam na região do delta instalaram-se em Hong Kong, progressivamente, e sob a pressão das autoridades políticas britânicas que desejavam garantir o sucesso do novo espaço inserido no seu mundo colonial. “*Ever since this belief in the permanency of the British occupation of Hongkong gained*

Marciano Baptista, Vista da ilha de Hong Kong. Aguarela sobre papel, c. 1875-80. Cortesia da Martyn Gregory Gallery, Londres.



HONG KONG E MACAU. RELAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS

*ground, some of the leading British merchants, instead of merely opening branch offices at Hongkong, began to break up their establishments at Macao and Canton and to remove their offices to the new settlement.*¹⁷ Uma rede empresarial que contará com a colaboração de muitos macaenses. A título de exemplo, Eduardo Pereira e Joaquim Caldas (Dent & Co.); I. P. Pereira e J. A. de Jesus (Rawle, Duus & Co.); Q. da Silva, S. Rangel, P. J. Loureiro, D. Eliado Sasson e A. de Miranda (Russel & Co.); João Braga, Miguel do Rozário e José Leão (Victoria Dispensary).¹⁸

Considerando que a actividade comercial ofereceu uma razão de ser à cidade e lhe garantiu a viabilidade económica indispensável à sua sobrevivência e ao seu posterior desenvolvimento, Hong Kong preparou-se para o futuro da Ásia Oriental que naqueles anos se ia construindo. O porto foi a grande infra-estrutura que fez a diferença, não só pelas suas condições naturais, permitindo a acostagem de navios a vapor de grande porte, como também pela fórmula adoptada para o seu funcionamento – porto franco. Por isso, não obstante as hesitações e dificuldades iniciais que conheceu na instalação de um fluxo populacional acelerado, não é difícil explicar a atracção que Hong Kong exerceu desde o seu primeiro ano de existência sobre a actividade comercial que se desenvolvia em toda a região do delta, o que é corroborado pelo testemunho de A. Matheson, em 1847:

*“When the first Europeans settled in Hongkong, the Chinese showed every disposition to frequent the place; and there was a fair prospect of its becoming a place of considerable trade. The junks from the coast made up their cargoes there, in place of going to Canton and Macao; these cargoes consisted of opium, cotton shirtings, a few pieces of camlets, and other woollens, and Rtraits produce, such as pepper, betel-nut, rattans, &c.”*¹⁹

Os sítios de Hong Kong, revelando a proximidade das três comunidades que fizeram germinar a cidade de Victoria, são a primeira prova da existência de uma rede social regional e transnacional que garantiu sucesso ao novo projecto do poder colonial britânico, em meados do século XIX. Neste caso, a proximidade espacial das comunidades britânica, chinesa e macaense traduz a concentração do capital social que estas três comunidades transportaram e que investiram na construção da cidade. A nível local e regional, criaram-se e mantiveram-se os laços sociais, culturais e étnicos

inter e intracomunitários em Hong Kong e com as outras cidades do delta: Macau e Cantão. A nível transnacional, o desenvolvimento de Hong Kong e de toda a região onde se insere só foi possível devido às pontes que se lançaram com os espaços imperiais que nele se envolveram, a saber, o Império da China e o Império Britânico.

Em síntese, Hong Kong foi o resultado da acumulação de um capital social que resultou da interacção entre as três comunidades em presença e das redes que criaram com as suas cidades de origem: Cantão e Macau. Desde sempre, o desenvolvimento de Hong Kong dependeu da sua afirmação na região do delta, fenómeno facilitado por este capital social que soube atrair, gerir e reproduzir ao longo da sua história.

A partir de 1841, a história da cidade de Macau vai ficar estreitamente ligada aos destinos de Hong Kong, importando reconhecer o papel que a comunidade macaense desempenhou no processo de criação da nova cidade. Para além dos fenómenos de decadência e/ou de dependência de Macau encontramos o envolvimento de uma comunidade que iniciou então um movimento migratório que a levará a outras nações e a todos os continentes. Depois de Hong Kong, o primeiro destino da diáspora, os macaenses foram ao encontro de Xangai. Seguiu-se a Austrália, Grã-Bretanha, Canadá, Estados Unidos da América, Brasil...

As potencialidades de Hong Kong, logo nos seus primeiros anos de existência em meados do século XIX, garantiram a esta cidade transformar-se no pólo de desenvolvimento da região do delta do rio das Pérolas, e hoje, nos primeiros anos do terceiro milénio, assumir o objectivo de adquirir o estatuto de Cidade Global. O poder atractivo de Hong Kong ofereceu à comunidade macaense a possibilidade de, também ela, se projectar no mundo, ao desencadear o movimento migratório que dará origem à diáspora macaense, contribuindo para o reforço da sua identidade.

HONG KONG E MACAU, 1997-1999

Recuemos à década de 1980²⁰. A fórmula “um país, dois sistemas” permitiu a Deng Xiaoping 邓小平 abordar a questão de Hong Kong com Margaret Thatcher, num encontro realizado em 1982. Seguiram-se vinte e duas rondas negociais entre diplomatas dos dois países, de Julho de 1983 a Setembro de 1984, que culminaram com a assinatura, em Pequim, da “Declaração Conjunta

HONG KONG AND MACAO. HISTORICAL AND CULTURAL RELATIONS



Vista da Baía de Hong Kong. Guache sobre papel, 1858, atribuído a Guan Lianchang. Cortesia do Hong Kong Museum of Art.

do Governo da República Popular da China e do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre a Questão de Hong Kong”, no dia 19 de Dezembro de 1984. Ficava agendada a transição da soberania de Hong Kong para a RPC para o dia 1 de Julho de 1997.

Quando Portugal reatou as relações diplomáticas com a RPC, em 1979, reconheceu explicitamente que Macau era território chinês sob administração portuguesa. Apontava-se a porta de saída da soberania portuguesa, mas a China reservou para si o direito de marcar a data da sua abertura. Tal só aconteceu depois do processo negocial sobre Hong Kong estar concluído. Com apenas quatro rondas negociais, entre Junho de 1986 e Março de 1987, foi possível chegar a acordo sobre o texto da “Declaração Conjunta do Governo da República Popular da China e do Governo da República de Portugal sobre a Questão de Macau”, assinada também na capital chinesa em 13 de Abril de 1987. Ficava definida a data da transferência da soberania de Macau para a RPC: 20 de Dezembro de 1999.

As diferenças entre os textos destas duas “Declarações Conjuntas” espelham as especificidades históricas e as diferentes realidades políticas, económicas e sociais de Hong Kong e Macau, facto que tem sido sobejamente sublinhado. No entanto, mais uma vez, não é nas diferenças que gostaríamos de centrar a nossa análise mas, principalmente, nos aspectos que lhe estão próximos. As datas acima enunciadas indiciam-nos a estratégia seguida pelas autoridades de Pequim de associar a transferência de Macau ao processo já iniciado com a Grã-Bretanha em torno de Hong Kong. Mas, talvez seja possível ir um pouco mais longe.

Tendo por base um texto de John Darwin²¹, publicado numa obra particularmente importante para se compreender todo o processo que conduziu à transferência da soberania de Hong Kong – *Hong Kong's Transitions, 1842-1997* –, propomo-nos enunciar alguns traços comuns entre os dois processos de transição. Neste texto, o autor tenta demonstrar que Hong Kong não deve ser considerado como um espaço colonial igual a outros que a Grã-Bretanha possuiu, decorrendo

HONG KONG E MACAU. RELAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS

daí as especificidades do seu processo de transição, o qual se afasta dos movimentos de descolonização que ocorreram noutras partes do mundo. Alguns dos tópicos avançados por John Darwin, relativamente a Hong Kong, são pertinentes para reflectirmos também sobre Macau e identificarmos algumas semelhanças nos processos políticos de transferência da soberania das duas cidades para a RPC.

*Com um porto limitado
por factores naturais,
na medida em que o seu
assoreamento o impedia
de acompanhar os progressos
que se registavam na navegação
a vapor, Macau beneficiava
ainda, nos anos da I Guerra
do Ópio (1839-1842),
da sua adaptação
secular ao aparelho
político-administrativo
imperial.*

É particularmente significativo que Hong Kong e Macau não tivessem conhecido movimentos nacionalistas que visassem a sua autonomia política. Os movimentos sociais e políticos, particularmente os que ocorreram nos primeiros anos da República, tiveram sempre por pano de fundo a situação política e social chinesa e, em particular, as mudanças políticas que se foram registando no Sul da China, com especial destaque para a cidade de Cantão. Associada a este contexto encontramos também a orientação da política externa chinesa que sempre visou enquadrar Hong Kong e Macau como questões que apenas diziam respeito, por um lado, à sua política interna e, por outro lado, às relações bilaterais com as potências administrantes, recusando a sua internacionalização ou

colagem às questões coloniais que, ainda nos anos de 1970, continuavam por resolver. Finalmente, um outro tópico de reflexão diz respeito ao facto de Hong Kong e Macau não darem origem a um governo soberano local, mas à integração no seu espaço nacional de origem: a China.

Estas notas sobre as especificidades comuns de Hong Kong e Macau permitem-nos considerar que as duas cidades construíram uma identidade própria – o que justificou a opção pelo estatuto de Regiões Administrativas Especiais –, não se afastando dos quadros político, económico e social de referência que a China sempre emprestou, nem fomentando uma oposição à administração gestora do Território que pusesse em causa o *status quo* vigente, o mais consentâneo com os objectivos da República Popular da China.

As semelhanças das soluções encontradas para Hong Kong e Macau, em 1997 e 1999, revelam, mais uma vez, a pertinência em se analisar o passado histórico, o presente e as perspectivas futuras das duas cidades, integrando-as no seu espaço regional com as suas redes sociais continuando a operar e reconhecendo o protagonismo de Hong Kong que, estando em condições de se assumir como Cidade Global, arrastará consigo toda a região do delta do rio das Pérolas, incluindo as cidades de Cantão e Macau. Esta realidade confirma-se, observando o crescimento urbano nesta região que está a fazer emergir uma vasta área metropolitana de elevada densidade populacional. Entre os muitos projectos que se anunciaram, um que consideramos muito significativo é o da construção da ponte Hong Kong/Macau/Zhuhai. Um projecto emblemático que, concretizado ou apenas sonhado, torna evidentes os laços económicos, sociais e culturais que mantiveram as cidades de Hong Kong e Macau numa estreita relação de inter-influência regional, hoje, cada vez mais, projectadas para o futuro.

NOTAS FINAIS

De 1841 a 2007, Hong Kong e Macau trilharam um caminho comum, apesar dos ritmos e das especificidades de desenvolvimento de cada uma das cidades serem diferentes. Com mais de século e meio de existência, sobressaem as redes sociais que garantiram a Hong Kong afirmar-se como pólo de desenvolvimento de toda a região do delta do rio das Pérolas e abriram as portas do mundo à comunidade macaense.

HONG KONG AND MACAO. HISTORICAL AND CULTURAL RELATIONS

Nos anos de viragem para o século XXI, tal como aconteceu no período do nascimento da cidade, Hong Kong desenvolveu-se, em última instância, graças à sua capacidade de atrair e reproduzir o capital social que viabilizou a sua construção. Chineses, macaenses e britânicos, todos foram agentes activos deste processo de mudança que transformou a região do delta num espaço privilegiado do comércio externo chinês, provocando a ruptura com o sistema tradicional da China se relacionar, política e economicamente, com o resto do mundo.

Hong Kong e Macau, na alvorada do século XXI, juntamente com Cantão, constituem uma nova realidade social e económica ao transformar a sua região num espaço metropolitano com potencialidades para se desenvolver internamente e, desse modo, projectar-se no mundo, associando-se às Cidades Globais que, hoje, concentram o poder conferido pelas novas sociedades das tecnologias da informação e do conhecimento, controlando os fluxos mundiais de gentes e de capitais. **RC**

NOTAS

- 1 Cf. Jorge Malheiros, *Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Inovação*, Lisboa, Faculdade de Letras, 2001 (dissertação de doutoramento), pp. 29-30.
- 2 Cf. Peter Newman e Andy Thornley, *Planning World Cities*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2005, p. 237.
- 3 Sobre o programa público de habitação recomenda-se a leitura de Peter Hall, *Cities of Tomorrow*, Oxford/Cambridge, Blackwell, 1993, pp. 355-358. Neste texto, o autor sublinha o pioneirismo deste programa como modelo de revitalização das cidades, criando aquilo que designa por *city of enterprise*.
- 4 "... Putnam defende que a prosperidade de certas regiões está mais associada ao capital social do que ao capital económico ou humano [...] o capital social assume duas formas diferenciadas: uma correspondente aos laços internos, no interior de um lugar/comunidade (*bonding capital*); a outra decorrente das relações com o exterior, entre lugares/comunidades distintos (*bridging capital*).” Isabel André e Alexandre Abreu, “Dimensões e Espaços da Inovação Social” in *Finisterra*, XLI, 81, 2006, p. 128.
- 5 Para Robert Putnam capital social deve ser entendido como “*features of social organization such as networks, norms, and social trust that facilitate coordination and cooperation for mutual benefit*”. Robert Putnam, “Bowling Alone: America’s Declining Social Capital” in *Journal of Democracy*, 6, Janeiro, 1995, p. 67. Ainda sobre este conceito é fundamental a consulta dos textos deste autor, nomeadamente *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community*, Nova Iorque, Simon and Schuster, 2000. Pela reflexão que ensaia em torno deste conceito sugere-se também o artigo James Farr, “Social Capital. A Conceptual History” in *Political Theory*, vol. 32, n.º 1, Fevereiro, 2004, pp. 6-33.
- 6 Cf. Ian Scott, “Administration in a Small Capitalist State: the Hong Kong Experience” in *Public Administration and Development*, vol. 9, 1989, pp. 187-188.
- 7 Sobre a I Guerra do Ópio e a ocupação da ilha de Hong Kong uma vasta bibliografia podia ser referenciada. No entanto, salientamos três títulos: Ernest John Eitel, *Europe in China. The History of Hong-Kong*, Taipei, Ch’eng-wen Publishing Company, 1968; Gerald S. Graham, *The China Station. War and Diplomacy. 1830-1860*, Oxford, Clarendon Press, 1978; e Jonathan D. Spence, *The Search for Modern China*, New York, London, W. W. Norton & Company, 1990. Sobre a neutralidade de Macau na I Guerra do Ópio: Alfredo Gomes Dias, *Macau e a I Guerra do Ópio*, Macau, Instituto Português do Oriente (IPOR), 1993 e, do mesmo autor, *Sob o Signo da Transição, Macau, IPOR*, 1998; “Documentos relativos à neutralidade portuguesa durante a I Guerra do Ópio (1839-1842)” in António Vasconcelos Saldanha (dir.), *Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China*. Série Especial, vol. 1, Macau, Fundação Macau/Universidade de Macau, 1998.
- 8 Ernest John Eitel, *ob. cit.*, pp. 121-122.
- 9 *O Português na China*, Macau, vol. 3, n.º 21, 21 de Janeiro de 1841.
- 10 Ofício n.º 153, de 26 de Junho de 1841, do governador Adrião Acácio da Silveira Pinto, para o ministro da Marinha e Ultramar. Arquivo Histórico Ultramarino, Macau, ACL/SEMU/DGU/Série 005, caixa 0008 - 1841.
- 11 Ofício n.º 223, de 12 de Abril de 1842, do governador de Macau, Adrião Acácio da Silveira Pinto, para o ministro da Marinha e Ultramar. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, MNE-MMU.
- 12 Conceito de “sítio”, enquanto núcleo urbano que está na origem de uma cidade. Cf. Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Edições Afrontamento, Porto, 1992, p. 149.
- 13 Num dos primeiros recenseamentos publicados em Hong Kong, em 1846, são indicados cerca de 50 portugueses com actividade profissional, um terço dos quais funcionários do governo. Luís Andrade de Sá, *The Boys From Macau. Portuguese in Hong Kong*, Lisboa/Macau, Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau, 1999, p. 30.
- 14 O número de chineses que viviam em Hong Kong antes da presença britânica varia, consoante os autores consultados, entre 2000 e 5000 pessoas.
- 15 Ernest John Eitel, *ob. cit.*, pp. 171, 186 e 197.
- 16 Ernest John Eitel, *ob. cit.*, p. 182 e Luís Andrade de Sá, *ob. cit.*, p. 27.
- 17 Ernest John Eitel, *ob. cit.*, pp. 182-183.
- 18 *The Hong Kong Almanack and Directory for 1846 with an appendix*, ed. China Mail, Hong Kong, 1846, pp. 994-977, 1027 in Luís Andrade de Sá, *ob. cit.*, pp. 28-29.
- 19 Ernest John Eitel, *ob. cit.*, p. 169.
- 20 Sobre a transferência da soberania de Hong Kong e de Macau para a República Popular da China, para além da obra *Hong Kong’s Transitions, 1842-1997*, Londres, Macmillan, 1997, sugere-se a consulta de Fernando Lima, *Macau. As Duas Transições*, 2 vols., Macau, Fundação Macau, 1999; Joaquim Pintado Nunes e Paulo Manuel Costa, *Macau e Hong Kong. Que Futuro?*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997; Miguel Santos Neves e Brian Bridges, *Europe, China and the Two SARs: Towards a New Era*, Londres, Macmillan, 2000; Moisés Fernandes, *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas. 1945-1995. Cronologia e Documentos*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000.
- 21 John Darwin, “Hong Kong in British Decolonisation” in Judith M. Brown e Rosemary Foot (eds.), *Hong Kong’s Transitions, 1842-1997*, pp. 16-32.